

INSTITUTOS FEDERAIS E ENSINO MÉDIO INTEGRADO: BASE TEÓRICA E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Marcelo de Godoy Domingues

IFSP Campus São Carlos

mdomingues@ifsp.edu.br

Resumo:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), junto com a proposta de Ensino Médio Integrado (EMI), surgem em 2008 visando a uma educação integral. No entanto, há significativas contradições entre sua base teórica e a prática realizada. O objetivo deste trabalho é apontar para tais contradições, a partir do materialismo histórico-dialético. Para isso, além da análise de documentos referentes à instituição, a pesquisa também se apoiou em trabalhos acadêmicos de outros servidores-pesquisadores da rede federal e em dados coletados em uma instituição do IFSP, analisados a partir da Análise Crítica do Discurso. A análise indicou a necessidade de mudanças no EMI dos IFs visando a integração e a formação integral, resgatando as propostas contidas em sua base teórica em direção à Escola Unitária proposta por Gramsci.

Palavras-chave: Institutos Federais; Ensino Médio Integrado; Escola Unitária.

1) Introdução sobre o tema

A partir do Decreto nº 5.154/2004 houve a integração entre o ensino médio e a educação profissional, separadas desde 1997 na Lei das Diretrizes e Bases (LDB). Essa medida possibilitou a Lei nº 11.892/2008, criando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais com o EMI.

A proposta dessa modalidade de ensino é a de proporcionar uma formação integral e autônoma a seus estudantes, ao passo que possibilite

impulsionar setores produtivos de regiões mais carentes a partir da formação de profissionais qualificados.

No entanto, há uma contradição: a base teórica para formulação do EMI dos IFs se apoia em teóricos do campo marxista, que defendem uma formação integral e desinteressada, uma vez que respeitam a indefinição profissional comum a jovens nessa faixa etária. Por outro lado, ao integrar a educação básica à formação profissional para impulsionar setores produtivos, o que prevalece são interesses mercadológicos, tensionando à profissionalização precoce.

2) Objetivo

Analisar as contradições existentes no EMI dos IFs referentes a sua base teórica e a prática realizada, visando a possibilidades para uma educação integral.

3) Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa foram: revisão bibliográfica sobre trabalho e educação na perspectiva da dialética marxista; estudo de documentos oficiais que apresentem a história e organização da instituição investigada; coleta de dados de estudantes, ex-estudantes e servidores em uma das unidades do IFSP; análise dos conteúdos, baseada nos pressupostos de organização analítica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough; Melo, 2012).

4) Considerações

O surgimento da Rede Federal a partir da Lei nº 11.892/08 possibilitou avanços significativos na educação brasileira, mas também trouxe uma série de contradições. A proposta, segundo seus próprios formuladores, visa à transformação social:

A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 45).

A base teórica para se buscar a concretização da proposta de formação integral como condição à superação da dualidade educacional está apoiada, sobretudo, nas ideias de Marx (2008; 2010; 2013) e Gramsci (2024). No entanto, de acordo com essa base teórica, uma formação integral e autônoma é aquela que possibilita elevar o nível ético-político de seus estudantes, levando-os à catarse e a produção de uma nova hegemonia (Gramsci, 2024).

Isso se concretiza a partir da compreensão do trabalho como princípio educativo (Manacorda, 2008), no qual o trabalho produtivo está voltado à produção das necessidades humanas e para todos, e não como produção capitalista, que visa o lucro que prevalece concentrado nas mãos de poucos.

Para isso, na faixa etária dos jovens e adolescentes que compõe o momento do ensino médio, a melhor forma de integrar a teoria e a prática é aprofundando a cultura geral, uma vez que há a necessidade de se respeitar a indefinição profissional desses jovens estudantes e que estudo também é trabalho, e trabalho duro, muscular, disciplinador, devendo ser esse o trabalho do adolescente no ensino médio (Nosella, 2024).

No entanto, enquanto prática desenvolvida no EMI dos IFs, a autonomia recebida por seus estudantes é a da possibilidade de escolha profissional, seja ela técnica (precoce) ou universitária (posterior), e a própria ideia de integração compreende a formação integral como associação à formação profissional.

Isso faz com que o trabalho e a produção estejam associados à produção capitalista por meio da profissionalização, e não como produção humana, como proposto pela base teórica. Ao apontar tais contradições é possível afirmar que a profissionalização no EMI é prejudicial para a formação integral e autônoma dos jovens estudantes.

Dessa forma, há a necessidade de mudanças no EMI dos IFs visando a integração e a formação integral, nas quais passam pelo deslocamento da centralidade com foco no mercado para centrar na comunidade local (escolas públicas, pequenos comerciantes, agricultura familiar...); nos conhecimentos técnicos aprendidos para além da formação profissional (diferentes áreas técnicas se integrando de fato, sem direcionamento por curso); na necessidade de uma formação ético-política dos docentes e servidores para essa nova

mentalidade, possibilitando maior compreensão e comprometimento com as bases da instituição.

Por fim, embora tais medidas sejam urgentes, elas devem ser consideradas insuficientes ao se considerar um projeto para a transformação social. Sendo esta a proposta, a luta não deve ser feita por uma reforma na instituição, e sim na busca pela Escola Unitária (Gramsci, 2024).

5) Referências

FAIRCLOUGH, Norman; MELO, Iran Ferreira de. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. **Linha D'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 28 set. 2022.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (org). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: obra completa. Tradução IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM,

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOSELLA, Paolo. Ensino médio: pauta para debate. **Trabalho Necessário**, v. 22, n. 48, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/index>. Acesso em: 15 ago. 2024.